

Comissão da dívida é reativada

31 MAI 1987

Arquivo

Extensão

JORNAL DE BRASÍLIA

Ao contrário do que afirmou logo após a sua posse, de que a dívida externa seria negociada pela sua própria equipe, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, terá autonomia relativa para encaminhar a questão junto aos credores do Brasil.

O presidente José Sarney quer, em primeiro lugar, ver funcionando a Comissão da Dívida, constituída por ele já no final da gestão de Dilson Funaro na Fazenda. Ao mesmo tempo, insiste em dar uma função importante ao embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, ex-ministro das Relações Exteriores do governo Figueiredo. E, finalmente, aprova a participação de membros da Comissão da Dívida do Senado nas missões que irão ao exterior para se entender com governos e banqueiros.

Esses não são apenas desejos, mas, segundo um assessor do gabinete presidencial, recomendações expressas de Sarney ao ministro Bresser Pereira. Além de amigo de Saraiva Guerreiro, o presidente está convencido de que os entendimentos com os banqueiros ("velhas raposas do mercado financeiro internacional") para ter resultados relativamente favoráveis ao Brasil, principalmente quando o governo brasileiro optou por um encaminhamento político para o assunto, devem ter "interlocutores experientes em negociações". Por essa razão, acredita que não deve abrir mão da experiência de Guerreiro, nem dos representantes políticos, a quem caberá abrir espaços para as teses brasileiras junto a gover-

nos, parlamentares e partidos dos países credores.

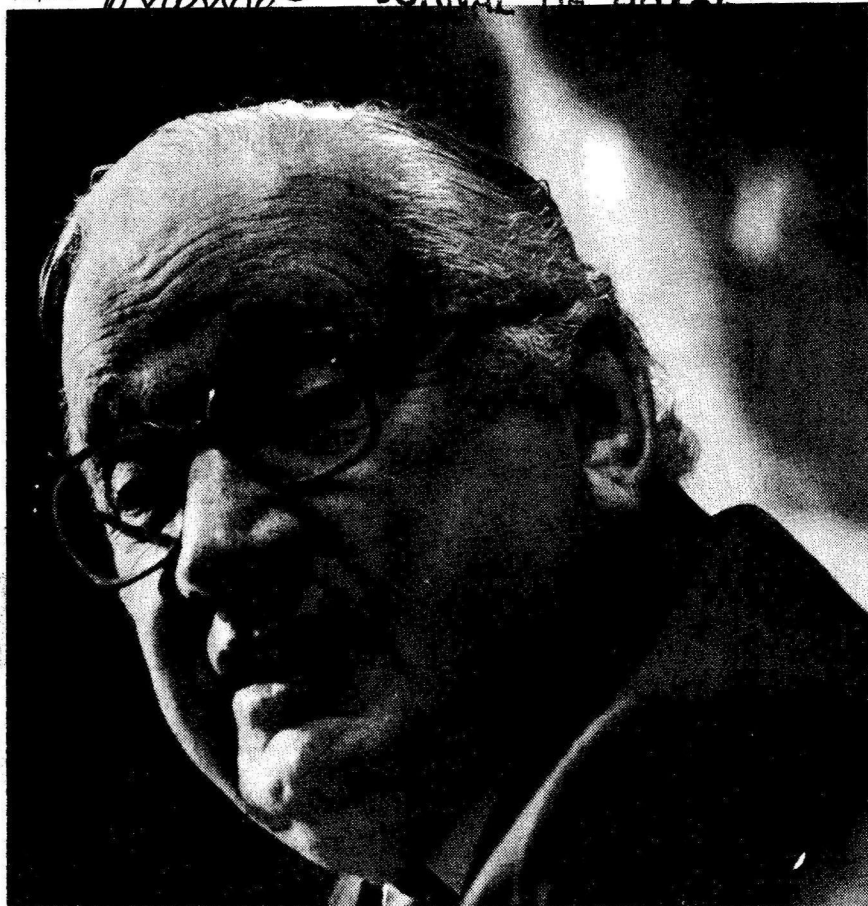
Bresser Pereira está incumbido especificamente da negociação a nível técnico, em dois níveis: do ministro com seus relativos dos países credores; de sua equipe técnica, entre os quais o presidente do Banco Central, com os banqueiros. O Planalto não pretende fazer nenhuma restrição à equipe técnica que vier a ser constituída por Bresser.

Disputa

Está, contudo evidente uma disputa enrustida de espaços nas comissões que vão negociar a dívida externa. Parece que ela não atingiu ainda o âmbito dos órgãos que obrigatoriamente estarão representados nesses grupos — da "dívida pública", da "dívida privada", dos acordos com o "Clube de Paris". As opções do presidente e do ministro vão ficar mais claras a partir do momento em que as negociações estiverem para ser reiniciadas.

Outra divergência delicada é o fato de o presidente estar, aparentemente, mais apressado que o ministro da Fazenda em retomar as negociações, com receio de que, por falta de investimento, o país caia numa recessão.

Assim, Sarney passou a exercer uma leve pressão sobre o Ministério da Fazenda, seja direta ou indiretamente — através do ministro do Planejamento — com o fim de fazê-lo apressar a definição do plano econômico que apresentará aos credores, para balizar os entendimentos nas mesas de negociação.



Sarney acredita que Guerreiro é necessário no diálogo com os credores